Demonstrações Financeiras

ABC Brasil Comercializadora De Energia Ltda.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente

ABC Brasil Comercializadora De Energia Ltda.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....1

Demonstrações financeiras

Balanço patrimonial 5
Demonstração do resultado 6
Demonstração do resultado abrangente 7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....8
Demonstração do fluxo de caixa.....9
Notas explicativas às demonstrações financeiras 10

Building a better working world

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Ao
Quotista e administrador
ABC Brasil Comercializadora de Energia Ltda.
São Paulo, SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da ABC Brasil Comercializadora de Energia Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à

capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 1 de abril de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Rui Borges
Contador CRC SP-207135/O

ABC Brasil Comercializadora De Energia Ltda.

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2023	2022		Nota	2023	2022
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	**7.080**	66	Fornecedores	9	**129.980**	67.643
Aplicações financeiras	6	**42.195**	71.930	Tributos e contribuições sociais a recolher	10	**11.290**	4.215
Contas a receber de clientes	7	**137.699**	69.939	Salários, provisões e encargos sociais	-	**1.259**	550
Adiantamentos	8	**1.014.407**	493.450	Empréstimos e Financiamentos	11	**103.334**	-
Impostos a recuperar	-	**17.782**	3.469	Juros sobre capital próprio a pagar	-	**150**	-
Outros créditos	-	**228**	16	Adiantamentos de clientes	12	**79.913**	103.195
Instrumento financeiro AC	21	**429.439**	384.290	Instrumento financeiro PC	21	**307.193**	330.195
Total do ativo circulante		**1.497.534**	1.023.160	Total do passivo circulante		**633.121**	505.798
Não Circulante				Não Circulante			
Instrumento financeiro ANC	21	**278.142**	219.908	Tributos diferidos	13	**82.039**	40.697
Total do ativo não circulante		**429.439**	219.908	Empréstimos e Financiamentos PNC	11	**211.981**	-
				Instrumento financeiro PNC	21	**189.367**	168.804
				Total do passivo não circulante		**483.387**	209.501
				Patrimônio líquido			
				Capital social	15.1	**650.000**	450.000
				Reserva legal	15.2	**8.025**	3.889
				Lucros acumulados	15.2	**152.440**	73.880
				Total do patrimônio líquido		**810.465**	527.769
Total do ativo		**1.926.973**	1.243.068	Total do passivo e patrimônio líquido		**1.926.973**	1.243.068

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ABC Brasil Comercializadora De Energia Ltda.

Demonstração do resultado do exercício
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	16	**804.881**	678.820
(-) Custo de energia comprada	17	**(758.018)**	(669.986)
Marcação a mercado contratos de comercialização de energia	21	**96.033**	60.925
Lucro bruto		**142.896**	69.759
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	17	**(11.031)**	(7.342)
Outras receitas e despesas operacionais líquidas	-	**(366)**	-
		(11.397)	(7.342)
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	18	**(16.065)**	(1.625)
Receitas financeiras	18	**9.696**	10.566
		(6.369)	8.941
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		125.130	71.358
Imposto de renda e contribuição social corrente	19.2	**(9.633)**	(3.880)
Imposto de renda e contribuição social diferido	19.1	**(32.651)**	(20.359)
Lucro líquido do exercício		**82.846**	47.119

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ABC Brasil Comercializadora De Energia Ltda.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**82.846**	47.119
Outros resultados abrangentes	**-**	-
Total de resultados abrangentes	**82.846**	47.119

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ABC Brasil Comercializadora De Energia Ltda.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

			Reserva de lucros			
		Capital Social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		450.000	1.533	29.117	-	480.650
Lucro líquido do exercício		-	-	-	47.119	47.119
Destinação do lucro:						
Constituição de reserva legal		-	2.356	-	(2.356)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar		-	-	44.763	(44.763)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		450.000	3.889	73.880	-	527.769
Aumento de capital	15.1	200.000	-	-	-	200.000
Lucro líquido do exercício		-	-	-	82.846	82.846
Destinação do lucro:						
Juros sobre capital próprio	15.2	-	-	-	(150)	(150)
Constituição de reserva legal	15.2	-	4.136	-	(4.136)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	15.2	-	-	78.560	(78.560)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		650.000	8.025	152.440	-	810.465

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ABC Brasil Comercializadora De Energia Ltda.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2023	2022
Fluxo de Caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	82.846	47.119
Ajustado por:		
Perdas estimadas (PECLD)	2.576	1.045
Marcação a mercado contratos de comercialização de energia	(97.130)	(60.925)
Tributos diferidos	32.651	20.359
Juros sobre empréstimos	14.663	1.401
Variação Cambial	652	-
Aumento (redução) dos ativos operacionais		
Aplicações financeiras	29.735	81.656
Contas a receber de clientes	(67.760)	43.392
Adiantamentos	(523.533)	(175.144)
Impostos a recuperar	(14.313)	(85)
Outros créditos	(212)	167
(Aumento) redução dos passivos operacionais		
Fornecedores	62.337	(39.298)
Tributos e contribuições sociais a recolher	7.075	(840)
Salários, provisões e encargos sociais	709	54
Adiantamentos de clientes	(23.282)	103.196
Caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades operacionais	(492.986)	22.097
Fluxo de Caixa das atividades de financiamentos		
Contraprestação paga de empréstimos	-	(21.916)
Juros de Contraprestação paga de empréstimos	-	(129)
Captação de empréstimos	300.000	-
Aumento de capital	200.000	-
Caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades de financiamento	500.000	(22.045)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	7.014	52
Caixa e equivalentes de caixa em 1ª de janeiro	66	14
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	7.080	66
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	7.014	52

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A ABC Brasil Comercializadora De Energia Ltda. (“ABC Brasil” ou “Empresa”), é juridicamente formada como sociedade empresária limitada, com sede em São Paulo/SP, na Av Cidade Jardim, n° 803, constituída em 04 de dezembro de 2017, com o objetivo de compra e venda de energia elétrica de outros agentes de mercado, tais como geradores, comercializadores, distribuidores e consumidores que tenham livre opção de escolha de fornecedores, sendo outorgado pela ANEEL no despacho n° 61.

2. Apresentação das demonstrações

2.1. Base de elaboração e apresentação

A Administração aprovou a conclusão destas demonstrações financeiras em 1 de abril de 2024. A Empresa considerou as orientações contidas na Orientação Técnica CPC26(R1) na elaboração das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

O balanço patrimonial foi elaborado e está sendo apresentado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos não correntes como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Empresa em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A Administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Empresa em dar continuidade às suas atividades nos próximos 12 meses.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa 14: Provisão para contingência;

Nota Explicativa 21: Instrumentos financeiros.

3. Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrado pelo custo acrescido de juros auferidos até da data do balanço.

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e são classificadas como mantidas para negociação e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado.

A classificação dessas aplicações está relacionada com a possibilidade de resgate e vinculações desses ativos em garantias.

3.2. Contas a receber

Refere-se substancialmente a consumidores e concessionários através de contratos bilaterais de venda de energia, incluindo também os valores a receber relativos à energia porventura liquidada diretamente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

3.3. Registro das operações de compra e venda de energia na CCEE

As compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de suprimento) são

registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil pela CCEE, os valores são estimados pela Administração, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

3.4. Fornecedores

Inclui substancialmente os saldos a pagar aos fornecedores de materiais, serviços, e energia elétrica. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência.

3.5. Demais ativos circulantes e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

3.6. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstradas pelos valores conhecidos e exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

3.7. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido registrados no resultado são calculados com base no regime de lucro real anual. O imposto de renda às alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder R$240 mil anuais, e a contribuição social corrente é calculada com base nos lucros tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação de alíquota de 9%; ambos considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, respectivamente, limitadas a 30% do Lucro Real Anual, quando aplicável.

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social compreendem os impostos de renda correntes e diferidos.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto de renda e a contribuição social diferido são reconhecidos sobre as diferenças temporárias nas datas de encerramento dos exercícios entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

3.8. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado.

3.9. Provisões

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e possa ser estimado de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

3.10. Apuração de resultados

i) Receitas

Os contratos com clientes da Empresa envolvem a venda de energia elétrica. A Empresa avalia os contratos com clientes que serão objeto de reconhecimento de receitas e identifica os serviços distintos prometidos em cada um deles.

São consideradas obrigações de performance as promessas de transferir ao cliente bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços) que seja distinto, ou uma série de bens ou serviços distintos que sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferências para o cliente.

A Empresa mensura a receita pelo valor da contraprestação à qual espera ter direito em troca das transferências dos bens ou serviços prometidos ao cliente, excluindo quantias cobradas em nome de terceiros. Os preços das transações têm como bases preços declarados em contratos, os quais refletem metodologias e políticas de preços da Empresa baseadas em parâmetros de mercados.

Ao transferir um bem, ou seja, quando o cliente obtém o controle desse, a Empresa satisfaz à obrigação de performance e reconhece a respectiva receita, o que geralmente ocorre em momentos específicos no tempo no ato da entrega do produto.

ii) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e ganhos em instrumentos financeiros, quando aplicável.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros e variações monetárias.

iii) Custo do serviço de energia elétrica

Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita.

O custo do serviço de energia elétrica refere-se basicamente ao custo da energia elétrica comparada para comercialização vinculada à atividade operacional da Empresa.

3.11. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

i) *Classificação e mensuração*

Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Empresa apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados ao caixa e bancos (nota 20).

ii) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)*

Conforme o CPC48 o modelo de "perdas esperadas" se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros

resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

iii) *Baixa de ativos financeiros*

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Empresa em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

c) Marcação a mercado dos contratos de comercialização de energia (contratos futuros)

A Empresa tem um portfólio de contratos de energia (compra e venda) que visam atender demandas e ofertas de consumo ou fornecimento de energia. Além disso, existe um portfólio de contratos que compreende posições *forward*, geralmente de curto prazo. Para este portfólio, não há compromisso de combinar uma compra com um contrato de venda.

A Empresa tem flexibilidade para gerenciar os contratos nesta carteira com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando as suas políticas e limites de risco. Contratos nesta carteira podem ser liquidados pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro (por exemplo: celebrando com a contraparte contrato de compensação; ou “desfazendo sua posição” do contrato antes de seu exercício ou prescrição; ou em pouco tempo após a compra realizar venda com finalidade de gerar lucro por flutuações de curto prazo no preço ou ganho com margem de revenda).

Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas pelo valor líquido à vista, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o IFRS9/CPC48 e são reconhecidos no balanço patrimonial da Empresa pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço.

Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso

normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Empresa ou da contraparte.

O valor justo desses derivativos é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que considera: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda recentes, (ii) margem de risco no fornecimento e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido na data-base.

4. Novas Normas e Interpretações

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao CPC 06	Passivo de locação em um *Sale and Leaseback* (Transação de venda e retroarrendamento)
Alterações ao CPC 26	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes Divulgação de Políticas Contábeis
Alterações ao CPC 03 e CPC 40	Acordo de financiamento de fornecedores

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa e bancos	**7.080**	66
Total	**7.080**	66

6. Aplicações financeiras

	2023	2022
Aplicações financeiras – Debêntures	**-**	70.438
Aplicações financeiras – CDB	**42.195**	1.492
Total	**42.195**	71.930

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Empresa mantinha aplicações financeiras em Debêntures e Certificados de Depósitos Bancários, remunerados a taxas do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

7. Contas a receber de clientes

	2023	2022
Contas a receber de clientes	**36.981**	-
Contas a receber de clientes – Portifólio	**100.718**	69.939
Total	**137.699**	69.939

8. Adiantamentos

	2023	2022
Adiantamento – Pré-Pagamento Com Rating (a)	**922.011**	355.675
(-) PDD	**(6.967)**	(4.391)
Adiantamento – Pré-Pagamento Sem Rating (b)	**99.363**	142.166
Total	**1.014.407**	493.450

São pagamentos antecipados de compra de energia no ACL (Ambiente de Contratação Livre), cujo contrato de compra prevê o recebimento da referida energia em períodos futuros.

(a) Com rating, são operações que a Empresa avalia que tem o risco atrelado.
(b) Sem rating, são operações que a Empresa avalia não ter risco.

9. Fornecedores

	2023	2022
Fornecedores de Energia (a)	**129.689**	67.505
Fornecedores	**291**	138
Total	**129.980**	67.643

(a) O saldo é composto pelo registro das operações de compras de energia de contratos de curto prazo de comercialização de energia convencional e incentivada no ACL, cujo contrato de energia foi celebrado até 31 de dezembro de 2023 e faturado através da emissão da nota fiscal no mês subsequente, em conformidade com o artigo 7º inciso II da portaria CAT 97/2009.

10. Tributos e contribuições sociais a recolher

	2023	2022
IRPJ	**7.806**	2.847
CSLL	**2.924**	1.033
ICMS a Recolher	**462**	-
PIS e COFINS a Recolher	**-**	259
IRRF	**98**	76
Total	**11.290**	4.215

11. Empréstimos e Financiamentos

	Indexador	Vencimento	2023	2022
Circulante				
Empréstimos (a)	100% CDI	22/07/2024	**103.334**	-
Não circulante				
Empréstimos (a)	100% CDI	10/07/2025	**211.981**	-
Total			**315.315**	-

(a) Trata-se de empréstimo com banco de primeira linha.

Saldo em 31 de dezembro de 2021	**20.644**
Juros Incorridos	1.272
Pagamentos	(21.916)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**-**
Captação	300.000
Juros Incorridos	14.663
Variação Cambial	652
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**315.315**

12. Adiantamento de clientes

	2023	2022
Adiantamento de clientes	**79.913**	103.195
Total	**79.913**	103.195

São recebimentos antecipados de venda de energia no ACL (Ambiente de Contratação Livre), cujo contrato de compra prevê a entrega da referida energia em períodos futuros.

13. Tributos diferidos

	2023	2022
Circulante		
IRPJ - Diferido	**2.208**	1.098
CSLL - Diferido	**795**	395
Total	**3.003**	1.493
Não circulante		
PIS - Diferido	**3.482**	1.736
COFINS - Diferido	**16.038**	7.995
IRPJ - Diferido	**48.178**	23.867
CSLL - Diferido	**17.344**	8.592
Total	**85.042**	42.190
Não circulante	82.039	40.697

14. Contingências

A Empresa no curso normal de suas atividades está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e previdenciário, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Empresa não possui processos contingentes que necessitem ser provisionadas ou divulgadas nas demonstrações financeiras.

15. Patrimônio líquido

15.1. Capital social

O capital social da Empresa em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 650.000 (2022 – R$ 450.000) totalmente integralizado, representado por 650.000.000 (2022 – 450.000.000)quotas.

A composição acionária é representada por:

Banco ABC Brasil S A 100%

15.2. Reserva de lucros

	2023	2022
Reserva legal (i)	**8.025**	3.889
Reserva de lucros a realizar (ii)	**152.440**	73.880
Total das reservas de lucros	**160.465**	77.769

(i) Reserva legal: constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.

(ii) Reserva de lucros a realizar: refere-se o lucro, ganho ou rendimento em operações cujo prazo de realização financeira ocorrerá após o término do exercício social seguinte, conforme artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Uma vez realizado, caso a reserva não seja absorvida por prejuízos posteriores, a Empresa destinará seu saldo à distribuição de dividendos.

16. Receita operacional líquida

	2023	2022
Receita de venda de energia	**895.001**	832.611
Deduções sobre venda de energia	**(90.120)**	(153.791)
Receita Operacional Líquida	**804.881**	678.820

17. Gastos por natureza

	2023	2022
Compra de energia elétrica	**(758.018)**	(669.986)
Despesas trabalhistas	**(6.115)**	(5.206)
Despesas com provisões	**(3.520)**	(1.045)
Serviços prestados por terceiros	**(1.026)**	(906)
Impostos, Taxas e Contribuições	**(336)**	(167)
Utilidades e serviços	**(34)**	(18)
Outras despesas operacionais	**(366)**	-
	(769.415)	(677.328)
Custo de energia comprada	**(758.018)**	(669.986)
Gerais e administrativas	**(11.031)**	(7.342)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	**(366)**	-
Total dos Custos e Despesas	**(769.415)**	(677.328)

18. Resultado financeiro

	2023	2022
Juros Sobre Empréstimo	**(14.663)**	(1.401)
Variação Cambial	**(652)**	(224)
Outras	**(750)**	-
	(16.065)	(1.625)
Rendimento Aplicação Financeira - CDB DI	**6.212**	5.916
Rendimento Aplicação Financeira - Compromissada	**3.204**	4.055
Rendimento Aplicação Financeira - CDB POS AUT	**238**	595
Descontos obtidos	**30**	-
Outras	**12**	-
	9.696	10.566
Receitas (despesas) financeiras líquidas	**(6.369)**	8.941

19. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

19.1. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	2023	2022
Resultado com MtM de contratos de comercialização de energia	**105.821**	67.136
(-) PIS e COFINS diferidos (9,25%)	**(9.788)**	(6.210)
(-) Outras Movimentações	**-**	(1.045)
(=) Base tributável	**96.033**	59.881
Imposto de renda - 25%	**(24.008)**	(14.970)
Contribuição social - 9%	**(8.643)**	(5.389)
Despesa com imposto de renda e contribuição social diferido (34%)	**(32.651)**	(20.359)

19.2. Conciliação do imposto de renda e contribuição social correntes

	2023	2022
Lucro antes dos impostos	**125.130**	71.358
Despesas com impostos com base na alíquota combinada (34%)	**(42.544)**	(24.262)
Adições permanentes	**(3.661)**	(1.986)
Exclusões permanentes	**2.415**	1.629
Juros sobre capital próprio	**51**	-
Outras exclusões	**1.455**	380
Total das despesas com impostos	**(42.284)**	(24.239)
Despesas com impostos correntes	**(9.633)**	(3.880)
Despesas com impostos diferidos	**(32.651)**	(20.359)
Total das despesas com impostos	**(42.284)**	(24.239)

20. Partes relacionadas

A Empresa possui relacionamento com entidades consideradas partes relacionadas de acordo com o CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas.

	2023	2022
Ativo		
Caixa e equivalente de caixa	**6.953**	66
Aplicações financeiras - Debêntures		70.439
Aplicações financeiras - CDB	**42.195**	1.492
Instrumentos financeiros derivativos	**1.908**	237
Comissão fiança		16
Total	**51.056**	72.250
Passivo		
Empréstimos	**211.981**	-
Instrumentos financeiros derivativos	**80**	388
Valores a pagar	**208**	-
Garantias financeiras prestadas	**-**	19.554
Total	**212.269**	19.942
Receita/Despesa		
Depósitos a prazo	**(5.610)**	(34)
Captações no mercado aberto	**-**	(170)
Instrumentos financeiros derivativos	**(323)**	150
Outras obrigações – comissão fiança	**(17)**	(167)
Total	**(5.933)**	(221)

20.1. Remuneração da Administração

Não há remuneração pago aos Administradores da Empresa até 31 de dezembro de 2023.

21. Marcação a mercado dos contratos de comercialização de energia

A Empresa opera no ACL e firmou contratos de compra e venda de energia bilateralmente com as contrapartes. Estas transações resultaram em ganho e perda com o excedente de energia para a Empresa, que foi reconhecido pelo seu valor justo.

A realização do valor justo, por meio da liquidação física dos contratos de venda e compra de energia, em 31 de dezembro de 2023 foi no montante líquido de R$ 96.033.

	2023	2022
Ativo		
Circulante	**80.053**	384.290
Não circulante	**627.529**	219.908
	707.582	604.198

Passivo		
Circulante	**240.967**	330.195
Não circulante	**255.595**	168.804
	496.562	498.999
PIS e COFINS diferidos (9,25%)	**(19.519)**	(9.731)
Reversão (Provisão) do exercício anterior	**(95.468)**	(34.543)
Total da movimentação	**(114.987)**	(44.274)
Efeito MtM no resultado do exercício	**96.033**	60.925

O resultado real destes contratos futuros de energia pode variar substancialmente, uma vez que as marcações desses contratos foram feitas considerando a data base 31 de dezembro de 2023. A Empresa tem contratos futuros de energia com vencimento até o final do exercício findo de 2026.

22. Instrumentos financeiros

A Empresa realiza operações com instrumentos financeiros relacionados às suas atividades operacionais e está exposta e determinados riscos inerentes às suas operações. Tais instrumentos financeiros referem-se principalmente a compra e venda de energia elétrica. A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado para assegurar o principal objetivo que é a adequada rentabilização do caixa da Empresa.

A Empresa não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

A Administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem a escolha das instituições financeiras onde as aplicações são realizadas, dentre o grupo das instituições privadas com *rating* mínima a A.

O planejamento destes investimentos observa a previsão de fluxos de caixa futuros e o estabelecimento do comprometimento mínimo de caixa livre para fazer frente a todas as despesas diretas e indiretas adicionadas de uma provisão para eventos inesperados como indenizações, investimentos não previstos e aumentos salariais para retenção de talentos.
O CPC40 determina que a Empresa deve divulgar os instrumentos financeiros por categoria, permitindo que o usuário da demonstração contábil avalie a significância dos instrumentos financeiros para sua posição patrimonial e financeira para análise de desempenho.

O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre as partes conhecedoras e dispostas a isso, em transação sem favorecidos. O CPC40 determina uma hierarquia de três níveis para o valor justo descrevendo os três níveis de informações que devem ser utilizadas na mensuração ao valor justo:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3 - Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Ativo mensurados a valor justo por meio do resultado	**Nível**	**2023**	**2022**
Contratos de comercialização de energia	**2**	**707.582**	384.290
Passivo Mensurados a valor justo por meio do resultado	**Nível**	**2023**	**2022**
Contratos de comercialização de energia	**2**	**496.562**	498.999
Ativos mensurados pelo custo amortizado	**Nível**	**2023**	**2022**
Caixa e equivalentes de caixa	**1**	**7.080**	70.504
Aplicações Financeiras	**1**	**42.195**	1.492
Contas a receber	**1**	**137.699**	69.939
Passivos mensurados pelo custo amortizado	**Nível**	**2023**	**2022**
Fornecedores	**1**	**129.980**	67.643
Empréstimos e Financiamentos	**1**	**315.315**	-

22.1. Gerenciamento de riscos

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Empresa sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Empresa adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, histórico de pontualidade de pagamentos e situação junto aos fiscos municipal, estadual e federal, bem como a eventual exigibilidade de garantias de suas contrapartes nas modalidades de carta de fiança, seguro garantia, caução e outras. Além disso, atua com a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, e de eventual concentração de risco de crédito com alguma contraparte. No que tange às instituições financeiras, a Empresa somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating* com nota mínima A.

b) Risco de mercado

Considerando também que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as

atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face ao formato dos negócios da Empresa, seu modelo comercial e às peculiaridades setoriais, este risco se encontra substancialmente mitigado.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Empresa em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Empresa em cumprir os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações quando aplicável.

A característica da operação, dos contratos, do modelo comercial e gestão da Empresa privilegiam ampla sobra de caixa. Tal fato deixa a Empresa livre de qualquer tipo de alavancagem ou mesmo necessidade de linhas de crédito.

d) Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio e capital de terceiros que a Empresa faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, A Empresa monitora permanentemente os níveis de endividamento.

e) Risco relacionado ao preço nas operações de compra e venda de energia

A Empresa opera no mercado de compra e venda de energia com objetivo de alcançar resultados com as variações do preço de energia, respeitados os limites de risco pré-estabelecidos pela Administração. Esta atividade, portanto, expõe a Empresa a ao risco de preço futuro da energia.

As operações de compra e venda de energia futuras são reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado, apurado pela diferença entre o prelo contratado e o preço de mercado futuro estimado pela Empresa.

f) Riscos legais e regulatórios

São riscos relacionados à criação ou mudança de regras e legislação vigentes no setor elétrico, podendo mesmo ser enquadrados como não gerenciáveis. A mitigação, porém, é possível, através do acompanhamento e antecipação de alterações, através de contatos profissionais, participação em grupos técnicos de entidades e associações, acompanhamento das notícias do setor e de sites de interesse, como os da ANEEL, MME, CCEE, EPE, entre outros, e entendimento de seus impactos nos negócios da Empresa.

g) Riscos de operação do sistema

Riscos originados de alterações na política operativa do Sistema Interligado Nacional como, por exemplo, geração térmica fora da ordem de mérito, alterações de capacidades de intercâmbios entre subsistemas etc. Tais riscos podem resultar em

alterações de preços sensíveis ao negócio da Empresa.

h) Riscos operacionais

A capacidade da Empresa de atuar conforme expectativas de seus clientes, de reter e atrair novos clientes, de gerenciar devidamente seus processos, de sua infraestrutura tecnológica influi no negócio da Empresa, e os riscos decorrentes de cada ponto listado devem ser conhecidos, monitorados e mitigados pela Empresa.

i) Riscos estratégicos

A capacidade da Empresa de atuar em conformidade com seu perfil de risco e sua estratégia, de reagir à atuação da concorrência, da manutenção de sua imagem, e ainda a própria definição da estratégia de negócio são fatores vitais ao negócio da Empresa, e devem ser conhecidos, monitorados e controlados por todos seus colaboradores conforme a área de atuação de cada um.

22.2. Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos investidores, credores e mercado, e manter o desenvolvimento do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, o nível de dividendos para acionistas e procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos, considerando também as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. O investimento maciço em tecnologia, processos e treinamento dos colaboradores visa ampliar os ganhos de escala, reduzir erros operacionais e mitigar riscos indiretos na gestão dos contratos dos terceiros. Tal investimento está perfeitamente dimensionado com o resultado e o fluxo de caixa demonstrado nos exercícios analisados.

23. Eventos Subsequentes

A Empresa fez um aumento de capital de R$ 200.000 (duzentos milhões de reais), passando a ter um capital social de R$ 850.000 (oitocentos e cinquenta milhões de reais), conforme a 11º alteração contratual registrada na data de 15 de janeiro de 2024.